

Garimpeiros rejeitam interdição em Roraima

BOA VISTA — Garimpeiros e pilotos que atuam na reserva ianomami em Roraima ameaçam invadir as igrejas de Boa Vista, para se abrigar da anunciada intervenção federal na área. "Nós também somos filhos de Deus", argumentam eles. A Procuradoria Geral da República solicitou ao Ministério da Justiça a interdição das 54 pistas de pouso clandestinas nas terras indígenas e a retirada dos garimpeiros e pilotos da região. O governador de Roraima, Romero Jucá Filho, não admite a intervenção no Estado e avisa: "Não aceitaremos nenhuma medida radical contra os garimpeiros".

Ontem, no aeroporto de Boa Vista, era tenso o clima entre os mais de 300 pilotos que moram na capital de Roraima e vivem em função do garimpo. Houve uma reunião na Associação Comercial de Boa Vista, que defende a manutenção dos garimpos como atividade econômica importante para a região. Presente à reunião, o governador Romero Jucá Filho alertou: "Hoje somos um Estado, não mais um quintal de interesses de muita gente. A segurança é uma de nossas obrigações e não vamos admitir a interferência de ninguém. E acrescentou: "É preciso que as autoridades entendam que não é a Funai ou o senhor Fernando César Mesquita que mandam em Roraima".

POSIÇÃO FEDERAL

Em Brasília, o subprocurador-geral da República, Carlos Inácio Muzzi, ameaçou ontem recorrer ao Judiciário se o Ministério da Aeronáutica e a Polícia Federal não atenderem a uma requisição para interditar as 54 pistas de pouso clandesti-

nas nas terras ianomamis. Ele contesta a posição do governador Romero Jucá Filho de que a invasão é "um fato consumado". Para Muzzi, é dever constitucional da União proteger as terras habitadas por índios.

O argumento de Jucá de que a expulsão dos 60 mil garimpeiros que invadiram a reserva indígena a partir de 1987 criaria um grave problema social no Estado também é rebatido pelo subprocurador. "Se formos pensar dessa maneira, também precisaremos justificar as invasões de propriedades privadas pelos agricultores sem terra", disse Muzzi.

O subprocurador-geral da República foi informado pela Funai de que o órgão entrará com ação na Justiça para tentar liberar a área indígena. Mas a iniciativa está esbarrando num problema: os dois advogados que estavam levantando a situação em Roraima desistiram de continuar o trabalho, temendo represálias de pessoas e grupos envolvidos com o garimpo.

Muzzi explicou que a Procuradoria decidiu entrar no caso ianomami por se tratar de área indígena e também pelo fato de as pistas estarem localizadas na faixa de 150 quilômetros da fronteira, área de segurança nacional. "Estou requerendo oficialmente que as autoridades competentes cumpram com sua obrigação", disse Muzzi. Com a interdição das pistas, localizadas nas áreas de Surucucu, Paapiú e ao longo do rio Mucájai, o subprocurador acredita que o garimpo poderá ser controlado, pois a região só pode ser atingida por avião. Mas já se tem notícia de garimpeiros que viajam 30 dias a pé até Paapiú.

Vãos clandestinos

Procuradoria da República quer a interdição das 54 pistas de pouso ilegais em território ianomami e provoca tensão nas áreas de garimpo

